



# JORNAL OFICIAL

Quinta-feira, 21 de Setembro de 2006



Série

Número 183

## Sumário

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E A SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

**Despacho**

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

**Avisos**

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

**Lista**

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

**Aviso**

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E  
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS****Despacho**

Com a aprovação da orgânica da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 29-A/2005/M, de 31 de Agosto, foi criado o lugar de Subdirector Regional.

Considerando que importa proceder ao preenchimento do respectivo lugar por forma a que sejam prosseguidos os objectivos que nortearam a sua criação;

Considerando que, a técnica superior Assessor Principal do quadro de pessoal da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais, Lina Maria Ferraz Camacho Albino, pela excelente capacidade de trabalho que tem demonstrado, revelando grande competência técnica, possuindo experiência adequada, aptidão e elevada qualificação profissional para o exercício do referido cargo;

Nestes termos, ao abrigo do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 51/2005, de 31 de Agosto, adaptado à Administração Regional pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril com a primeira alteração pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de Julho

- 1 - Nomear, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de direcção superior de 2.º grau, Subdirector Regional dos Assuntos Fiscais a técnica superior Assessor Principal do quadro de pessoal da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais, Lina Maria Ferraz Camacho Albino
- 2 - A presente nomeação produz efeitos por urgente conveniência de serviço a partir de 14 de Setembro de 2006.

APresidência do Governo Regional e a Secretaria Regional do Plano e Finanças, 14 de Setembro de 2006.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim

O SECRETÁRIO REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS, José Manuel Ventura Garcês

**CURRICULUM VITAE**

Lina Maria Ferraz Camacho Albino

**CURRÍCULO ACADÉMICO E PROFISSIONAL**

- 2.1 - **Habilitações literárias:**  
Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa - 1990, na menção Jurídico - Económicas e opção de direito comunitário.
- 2.2 - **Formação Profissional Complementar:**
  - Curso de Formação administrado pela Direcção Geral de Acompanhamento e Avaliação dos Programas Comunitários em "Ms Dos", sobre computarização e programações inerentes, 12 horas, 1990.
  - Curso Basic de Computadores (Sistema Operativo Macintosh, MacwriteII Excel 2.2, FileMakerPro) 70 horas, 1991.
  - Curso de Gestão Comercial (Fundo Social Europeu) 100 horas, 1991.

- Curso teórico-prático de técnicas legislativas denominado "Feitura das Leis", INA, 83 horas, 1991.
- Curso: "Mercados Públicos na CEE", INA, 30 horas, 1991.
- Curso teórico-prático de técnicas legislativas denominado "Feitura das Leis", 36 horas, 1995.
- Curso: "Contencioso Administrativo", INA, 15 horas, 1996.
- Curso "O Contencioso Comunitário", INA, 15 horas, 1997.
- Curso: "Fiscalidade e Assessoria", ESINE - Centro de Estudos Técnicos e Empresariais, 22 meses, 1996/1997
- Curso "Regime de Realização de Despesas Públicas", INA, 18 horas, 1999.
- Curso "O Novo Código das Expropriações", INA, 12 horas, 2000.
- Curso "Estatuto dos Benefícios Fiscais e sua aplicação na Administração Pública", INA, 18 horas, 2000.
- Curso "O Novo Estatuto do Pessoal Dirigente", INA, 18 horas, 2000.
- Curso "O Financiamento das Regiões Autónomas", DRAPL, 2001.
- Curso "Implementar Programas de Qualidade", DRAPL, 30 horas, 2002.
- Curso "Contratos Financeiros e Operações Bancárias", INA, 21 horas, 2004.
- Curso "Novo Contencioso Administrativo", INA, 12 horas, 2004.
- Curso Intensivo de Fiscalidade "O sistema fiscal português", SDM, 75 horas, 16 de Abril/ 17 de Julho de 2004.
- Curso Intensivo de Fiscalidade Internacional, SDM, 75 horas, 10 de Setembro /4 de Dezembro de 2004.
- Formação em Execuções Fiscais, DGCI, 12 horas, 2005.
- Formação de formadores no âmbito do Plano Estratégico para a Justiça e Eficácia Fiscal-PEJEF, Centro de Formação da DGCI, duração de 6 horas, 2005.
- Participação nas seguintes Conferências, Congressos e Seminários: "A Nova Lei do Arrendamento Urbano" Prof. Pereira Coelho, Funchal, 1991.; "As Reformas nos Códigos Penal e Processual Penal", Prof. Figueiredo Dias, Funchal, 1991. "Forum-Vantagens Comparativas e Factores Condicionantes do Investimento na Região Autónoma da Madeira", Funchal, 1992.; "Seminário sobre o Centro Internacional de Negócios da Madeira", Funchal, 1992. "ECO-INSE 92-Seminário sobre Economias Periféricas Euro-peias", Funchal, 1992; Seminário "Alargamento do Espaço Económico Europeu", Funchal, 1994; Seminário "O Código de Procedimento Administrativo", Profs. João Caupers e Martins Claro, Funchal, 1994; "First International Symposium of the Pan-European Ecological Network: Nature

does not have any borders; towards transfrontier ecological networks.”, Paris, Museu Nacional de História Natural, 1999; Seminário “As Responsabilidades na Gestão Pública”, Lisboa, 2000; Conferência intergovernamental “2004: Punto de Encuentro Para Las Regiones Europeas - I Foro Europeo de La Comunidad de Madrid”, organizado pela Dirección General de Cooperación con el Estado y Asuntos Europeos, Madrid, 2001; Encontro académico Hispano-Português sobre o tema da criação de benefícios fiscais a empresas e a particulares em matéria de protecção do ambiente e dos recursos naturais, Direcção Geral dos Tributos da Comunidade Regional Canária, Gran-Canária, 2003; “Enquadramento e mecanismo do sistema fiscal das ilhas Canárias, Gran-Canária 2005; “Seminário para Dirigentes e Chefias Tributárias da DGCI, Janeiro de 2006.

### 3 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

No âmbito do exercício de funções de consultoria jurídica na função pública, possui 15 anos de experiência profissional, correspondendo nove anos até à actualidade, no exercício de funções dirigentes no cargo direcção intermédia de nível 1. Presentemente exerce as funções em substituição, de Director de Serviços da Direcção de Serviços da Justiça Tributária, de Consultadoria Jurídica e do Contencioso da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais.

Estágio de advocacia de 18 meses ( Novembro de 1990 - Outubro de 1992). Advogada desde Outubro de 1992 a Janeiro de 2005 (Com inscrição suspensa na Ordem dos Advogados desde Fevereiro de 2005).

Consultora jurídica no âmbito do Gabinete do Pólo Científico e Tecnológico da Madeira ( Agosto 1993 a Setembro de 1995).

Encarregada de missão no Conselho Europeu do Direito do Ambiente (CEDE) de Agosto de 1995 a Fevereiro de 2005.

Exerceu funções de Consultora Jurídica, respectivamente, de 02/03/1990 a 15/10/1995, na Direcção Regional de Planeamento e de 16/10/1995 a 3/05/1997 no Gabinete Jurídico da então Vice-Presidência do Governo Regional e Coordenação Económica.

A 30 de Dezembro de 2005, foi nomeada assessora principal do quadro de pessoal da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade.

Desde 1 de Março de 2006 é funcionária do quadro de pessoal da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais.

De 1/06/1997 até 27/02/2006, foi Directora do Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos e Fiscais do quadro da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade.

Actualmente exerce as funções em substituição de Directora de Serviços da Justiça Tributária, de Consultadoria Jurídica e do Contencioso do quadro da DRAF.

3.1 - Aptidões e competências relevantes no âmbito do planeamento regional (1990-

1995)

Acompanhamento, análise, elaboração de pareceres jurídicos e aquisições de bens e serviços no âmbito do FEDER, da legislação comunitária conexas com o POPRAM-PROGRAMA OPERACIONAL DE PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA MADEIRA (1994-99) e outros programas comunitários, assim como a elaboração dos respectivos regulamentos internos.

Participação na elaboração do anteprojecto e redacção final dos decretos legislativos regionais que criaram vários sistemas de incentivos regionais no âmbito do POPRAM; (SIAT),(SIAPPI), (SIDERAM).

Participação na elaboração de um Guia para o Investidor (responsável pela parte jurídica).

Feitura dos estatutos do CITMA, no âmbito do Programa Comunitário: “Ciência” e formalidades para a sua constituição como associação privada sem fins lucrativos.

Estudo das várias opções jurídicas para a criação de uma instituição responsável pela energia e ambiente na RAM.

Concepção e elaboração do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Conselho Europeu do Direito do Ambiente - CEDE e a RAM.

3.2 - Aptidões e competências relevantes no âmbito das Finanças públicas regionais, designadamente, orçamento e contabilidade (1995-2005).

Apoio jurídico à Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade (DROC) e Gabinete do Secretário Regional, destacando-se a elaboração de estudos, emissão de pareceres e de consultas em matéria de natureza jurídica, aquisições de bens e serviços, nomeadamente na área das finanças públicas e da fiscalidade; a emissão de pareceres sobre projectos e propostas de diplomas que lhe sejam submetidos a parecer e a prestação de colaboração no exercício da acção de fiscalização da DROC.

Acompanhamento, verificação, análise e parecer da conformidade legal das minutas de contratos-programa e respectivas resoluções de atribuição de apoios financeiros pelo Governo Regional, serviços e fundos autónomos e entidades públicas empresariais.

Elaboração no âmbito dos apoios financeiros, de minutas contratos-programa e respectivas minutas de resolução.

-Elaboração dos preceitos legais regionais sobre a atribuição de apoios financeiros e projectos de circular relativos aos procedimentos e requisitos legais fundamentais para a aprovação de

- subsídios e elaboração dos respectivos contratos-programa.
- Apreciação e elaboração do parecer referido no Decreto Legislativo Regional n.º13/85/M, de 18 de Junho, relativo a todos os projectos de criação ou alteração de orgânicas dos departamentos dependentes do Governo Regional, respectivos serviços e fundos autónomos e empresas públicas regionais.
- Análise de processos relativos a pedidos de declaração de utilidade pública.
- Elaboração de circulares e pareceres jurídicos, designadamente no âmbito dos acidentes em serviço, acumulação de subsídios, ajudas de custo, horas extraordinárias, prestações familiares, contratos a termo, etc.
- Elaboração de dois anteprojectos de decretos legislativos regionais relativos à criação de uma entidade pública empresarial e uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.
- Participação na elaboração, redacção e aplicação legal da legislação orçamental (orçamentos regionais e de execução dos mesmos) e de elaboração de anteprojectos de diplomas regionais com aqueles conexos.
- Elaboração de pareceres sobre a legalidade das despesas públicas, designadamente, das empreitadas de obras públicas e aquisições de bens e serviços, (análise jurídica de processos de despesa que apresentem dúvidas sobre regularidades procedimentais).
- Pesquisa e análise dos procedimentos legais a adoptar pelos serviços de contabilidade, designadamente em termos fiscais e no âmbito da existência por terceiros de dívidas à Fazenda Nacional e Segurança Social.
- Apreciação e pareceres jurídicos de requerimentos relativos a reposições de dinheiros indevidamente recebidos.
- Elaboração no âmbito das aquisições de bens e serviços de informações jurídicas, resoluções e contratos no âmbito do Gabinete do Secretário Regional do Plano e da Coordenação (brochuras, vídeos, livros, almoços, participação da RAM na EXPO 2000, em Hanover) e da DROC (aquisições de bens e serviços, contratos de parceria e mútuos)
- Análise e elaboração de pareceres no âmbito fiscal, designadamente sobre a interpretação e aplicação da legislação fiscal na Região Autónoma da Madeira, designadamente, a referente ao reconhecimento pelo Secretário Regional do Plano e Finanças, de benefícios fiscais (artigo 40 da Lei n.º13/98 de 24 de Fevereiro) relativos aos Códigos de IRC, IMT (até 2003 CIMSISD), IVA, IMI (até Novembro de 2003, CCA), Estatuto dos Benefícios Fiscais, Lei das Finanças Regionais, Lei do Mecenato, utilidade turística, operações de fusões e reestruturações de empresas, Zona Franca da Madeira e outros.
- Interpretação de preceitos jurídicos no âmbito da legislação fiscal comunitária e nacional, designadamente da Sexta Directiva do IVA, Códigos do IMI, IMT, IRC, IS, ISP, Lei do Jogo, Decreto-Lei n.º 404/90 de 21 de Dezembro e sucessivas alterações.
- Estudo, análise e proposta de medidas fiscais de carácter normativo no âmbito das competências atribuídas ao Secretário Regional do Plano e Finanças pela Lei das Finanças Regionais ou decorrentes da demais legislação em vigor.
- Estudo e acompanhamento do regime fiscal da Zona Franca da Madeira.
- Participação e acompanhamento na vertente jurídica e institucional, no processo de transferência para a Região Autónoma da Madeira das atribuições e competências fiscais da Direcção de Finanças da RAM e do exercício efectivo das competências fiscais previstas nos artigos 140 e 141 da Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto.
- Exercício por delegação e substituição, nas situações de ausência e impedimento do Senhor Director Regional dos Assuntos Fiscais, das competências descritas em Despacho do próprio, publicada no Jornal Oficial da RAM n.º 89, II Série, de 9 de Maio de 2005. Exercício por subdelegação do Director Regional dos Assuntos Fiscais, das competências do Senhor Secretário Regional do Plano e Finanças só relativamente às competências expressamente referidas no Despacho publicada no Jornal Oficial da RAM n.º 73, II Série, de 14 de Abril de 2005.
- Estudo sobre a adaptação e aplicação dos códigos tributários e elaboração de despachos e outros documentos de trabalho no âmbito da transição e do funcionamento dos serviços da extinta Direcção de Finanças da RAM para a DRAF.
- Apreciação de reclamações gratuitas e outros recursos (IRS, IRC, IVA, EBF, CIMT, CIMI) no âmbito do exercício de funções da DRAF;
- Coordenação, acompanhamento, apreciação e execução de consultadoria jurídica no

- âmbito da justiça tributária e do contencioso da DRAF, nomeadamente de interpretação da legislação tributária;
- Elaboração do projecto de decreto legislativo que aprovou a criação da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais.
- Elaboração de documentos para efeitos de esclarecimento e desburocratização do cumprimento dos deveres dos contribuintes.
- Preparação de propostas de normas de natureza fiscal ( IRC e Estatuto dos Benefícios Fiscais) a inserir em diplomas nacionais ou regionais e no desenvolvimento destas , v.g: Jogos de Fortuna e Azar.
- Preparação do projecto de decreto legislativo regional que estabelece e regulamenta o estatuto do pessoal, regime de carreiras e suplementos dos funcionários da DRAF e cria o Fundo de Estabilização Tributário da RAM e elaboração da respectiva regulamentação administrativa.
- Participação e acompanhamento ao nível regional do PAJUT 2005 e 2006.
- Sob a orientação do Director Regional da DRAF, procede à gestão dos recursos humanos e organização
- acompanhamento e avaliação sistemática da Direcção de Serviços da Justiça Tributária, da Consultadoria Jurídica e do Contencioso Tributário (DSJUT) e definição de metodologias de melhores práticas de gestão.
- 3.4 - Aptidões e competências relevantes no âmbito da investigação e do direito comparado (1995-2005)
- Participação e acompanhamento na área da investigação e colaboração jurídica nas Conferências Internacionais do Conselho Europeu do Direito do Ambiente, já realizadas no Funchal e em Lisboa:
- “Carta de Qualidade Ambiental dos Tecnpolos”, Funchal, 1995; “A Protecção das zonas costeiras na Europa”, elaboração de documento em colaboração com o Conselho da Europa, Funchal, 1995; “Definição e elaboração de uma carta mundial de qualidade ambiental para os parques científicos e tecnológicos”, Funchal, 1996; “A Biodiversidade dos Oceanos.
- Preparação de uma anteproposta de directiva a apresentar à Comissão Europeia sobre o tema “O acesso à justiça”, Funchal, 1997; “ Re-clamações e vias de recurso em matéria ambiental”, Funchal, 1997; “A novas tecnologias e o Direito Internacional”, em colaboração com a Associação dos Auditores e Antigos Auditores da Academia do Direito Internacional de Haya, Funchal 1997; “Estudo de Direito Comparado sobre a Propriedade das Águas. Apresentação dos vários relatórios europeus e elaboração do relatório síntese. Funchal, 1997/1998;” “As Novas Tecnologias e o Direito do Ambiente Marin-ho”, Expo 98, Lisboa, 1998;” Síntese, estudo e crítica sobre a Propriedade das Águas na Europa. Apresentação de uma síntese geral sobre o assunto”, Funchal, 1999;” Elaboração final da Declaração da Madeira sobre a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos”, Funchal, 1999;”Estudo e actualização da Carta Europeia de Água e da Carta Europeia dos Solos - Conselho da Europa” - Funchal, 1999;” Projecto de cooperação entre as ilhas da Macaronésia. Elaboração de um projecto de Declaração Conjunta relativa à cooperação entre a RAM e as ilhas Canárias para a protecção do ambiente. Criminalidade Ecológica.” Funchal, 2000; ”O papel do Provedor de Justiça na União Europeia. O problema dos lixos nas ilhas.” Funchal, 2000; “Sanções em Direito Ambiental. A gestão dos lixos nas ilhas ultraperiféricas. Projecto de Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Responsabilidade penal das autoridades públicas nos atentados ambientais - Funchal, 2000;”Relatório sobre o Direito do Ambiente nos países membros da União Europeia. Poluição marítima dos navios” Funchal, 2002.
- Cooperação com a Macaronésia no quadro do programa INTERREG III. Problema da introdução de espécies indígenas nas ilhas da Macaronésia. Relatório sobre a protecção das montanhas. Contribuição para a Conferência de Joanesburgo. Funchal, 10 e 11 de Maio de 2002.
  - Relatório e debate sobre a Conferência de Joanesburgo. Discussão do questionário

- sobre a gestão dos recursos de água na Macaronésia. Acesso aos bens essenciais. Funchal, 18 e 19 de Outubro de 2002.
- Desenvolvimento Sustentável. Apresentação dos relatórios dos vários países membros da União Europeia sobre o Desenvolvimento Sustentável. Participação do CEDE na elaboração da Constituição Europeia. Funchal, 29 e 30 de Novembro de 2002.
  - Desenvolvimento Sustentável - aspectos nacionais e internacionais. Discussão e apresentação dos trabalhos de investigação. Apresentação de um projecto de resolução europeu relativo ao tema. A situação específica das Regiões Ultraperiféricas. 16-17 de Janeiro, 17 e 18 de Setembro e 7 e 8 de Maio, relativos ao ano de 2004
- Participação e intervenção nas seguintes conferências ou reuniões:
- "First International Symposium of the Pan-European Ecological Network: Nature does not have any borders; towards transfrontier ecological networks.", Paris, Museu Nacional de História Natural, 2 e 3 de Setembro de 1999.
  - "Conferência interdisciplinar" tendo por objecto examinar propostas relativas ao projecto de criação de uma zona protegida na Macaronésia, a convite do Instituto Rei Afonso Henriques de Cooperação Transfronteira Santa Cruz de Tenerife, 28 e 29 de Janeiro e 26 e 27 de Maio de 2000.
  - Apresentação de uma síntese explicativa para a adopção de um projecto de cooperação para a protecção do ambiente marinho das ilhas da Macaronésia e de um projecto de Carta sobre a poluição marinha. Conferência do CEDE, 11 e 12 de Fevereiro de 2000.
  - Preparação e apresentação de um estudo denominado "As Regiões Ultraperiféricas: o caso especial da Madeira e a aplicação dos fundos comunitários nos últimos 25 anos", na Jornada de Conferências denominada "A repercussão da política regional comunitária em Espanha e Portugal", organizada em Zamora, Espanha, de 17 a 29 de Julho de 2000. Este trabalho surgiu na sequência de um convite formulado pela entidade organizadora: Instituto Rei Afonso Henriques de Cooperação Transfronteira Portugal-Espanha.
  - Apresentação de um trabalho subordinado ao tema "As regiões ultraperiféricas e em particular o caso da Madeira" no âmbito do curso denominado "La Union Europea y sus políticas", convite formalizado pelo Instituto Rei Afonso Henriques de Cooperação Transfronteira, Zamora, 23 de Novembro de 2001.
- 2.2.3 - Participação em trabalhos jurídicos já publicados:
- "Madeira Declaration on the Sustainable Management of Water, adopted by the European Council on Environmental Law, 17 de Abril de 1999", IUCN, The World Conservation Union, Environmental Law Programme, Setembro-Dezembro de 1999, pg 13 a 14.
- 3.4 - Funções exercidas em acumulação
- 3.4.1 - Actividades profissionais desempenhadas e funções exercidas de Agosto de 1993 a Setembro de 1995 no âmbito do Gabinete do Pólo Científico e Tecnológico da Madeira. Apoio jurídico, destacando-se nomeadamente:
- Estudo para a criação de uma comissão coordenadora do Parque Científico e Tecnológico da Madeira.
  - Elaboração de informações e pareceres para a aquisição de bens e serviços no âmbito da organização de: conferências, stands, viagens, vídeos promocionais e logotipos, artigos de divulgação em revistas internacionais.
  - Participação no estudo e formalidades para a constituição como entidade privada do Madeira Tecnopolo e do CIFEC- Centro de Feiras e Congressos da Madeira.
  - Colaboração na contratação de pessoal especializado.
  - Elaboração de vários protocolos relativos à criação do ICC-International Cardiovascular Center, implementação do BIC-Business Innovation Center, do Centro de Ciências Matemáticas e da transferência do Conselho Europeu do Direito

do Ambiente-CEDE, da Suíça para a Madeira.

- 3.4.2 - Actividades profissionais desempenhadas e funções exercidas de Agosto de 1995 até Janeiro de 2005 no âmbito do Conselho Europeu do Direito do Ambiente - CEDE.

Apoio jurídico e de investigação, destacando-se nomeadamente:

- Elaboração de informações e pareceres jurídicos no domínio da legislação sobre as associações e da aquisição de bens e serviços (deslocações, alojamentos, logotipos, organização de conferências, publicações);
- Elaboração dos relatórios finais das respectivas reuniões.
- Elaboração e apresentação em língua francesa e inglesa dos seguintes trabalhos de investigação jurídica:
  - “Energia, Transportes e Ambiente”, apresentado na Conferência Internacional do CEDE, realizada no Funchal a 9 e 10 de Fevereiro de 1996.
  - “Estudo de direito comparado, síntese e crítica sobre a propriedade das águas na Europa. Síntese geral sobre o assunto, Proposta de documento jurídico sobre a Gestão da Água”, Funchal, 12 e 13 de Fevereiro de 1999.
  - “Declaração da Madeira sobre a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos, Funchal, 16 e 17 de Abril de 1999.
  - “Reflexões sobre o papel do Provedor de Justiça no domínio ambiental. Problema dos lixos: o caso especial das ilhas”, Funchal, 28-29 de Abril de 2000”

- 3.4.2 - Nomeações para comissões ou grupos de trabalho, outros cargos:

Designada, nos termos do artigo 14 da Lei n.º 65/93 de 26 de Agosto (Regula o acesso aos documentos da Administração) para integrar a respectiva comissão regional, na qualidade de representante da Secretaria Regional do Plano e da Coordenação, Abril de 1997.

Designada para, em representação da Secretaria Regional do Plano e da Coordenação, integrar a Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos de desratização e desinfectação das pragas associadas no Porto Santo, de Dezembro de 1997 a Abril de 1999.

Nomeada encarregada de missão do Conselho Europeu do Direito

do Ambiente a 17 de Abril de 1999.

Designada, nos termos de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e do Secretário Regional do Plano e Finanças, de 26 de Janeiro de 2005, para integrar o grupo de trabalho que procede à inventariação dos problemas e propostas de soluções decorrentes da transferências de atribuições e competências fiscais operadas pelo Decreto-lei n.º 18/2005 de 18 de Janeiro.

- 3.4.3 - Outras actividades exercidas no âmbito do exercício da advocacia (inscrição suspensa desde Fevereiro de 2005):

- Intervenções em julgamentos e acompanhamento dos respectivos processos na área do direito penal e família;
- Apoio jurídico diverso na área do direito civil e comercial a associações privadas e particulares;
- Elaboração de acções de contencioso administrativo.

- 4 - Louvores e/ou distinções  
Distinguida com o Prémio Michel Despax, pelos serviços prestados ao CEDE, 17 de Abril de 1999.
- 5 - Conhecimentos linguísticos  
Língua Inglesa e Francesa, falada e escrita.  
Língua espanhola falada e escrita (noções básicas).

#### VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

##### Aviso

Pelo despacho n.º 86/2006, de 28/08/2006, do Vice-Presidente do Governo Regional:

- CARLOS FILIPE VIEIRA RAMOS DE FREITAS, foi nomeado definitivamente para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de engenheiro, do quadro de pessoal da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, da Vice-Presidência do Governo Regional. (Isento de fiscalização prévia da S.R.M.T.C.).

Funchal, Vice-Presidência do Governo Regional, 14 de Setembro de 2006.

A CHEFE DE GABINETE, Andreia Jardim

##### Aviso

Pelo despacho n.º 85/2006, de 17/08/2006, do Vice-Presidente do Governo Regional:

- Foi autorizado a mudança de nível do funcionário com a categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática, RAMIRO AMARO CHADINHAABREU, para especialista de informática do grau 1, nível 3, da carreira de

especialista de informática, do quadro de pessoal da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, da Vice-Presidência do Governo Regional, com efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia da S.R.M.T.C.).

Funchal, Vice-Presidência do Governo Regional, 15 de Setembro de 2006.

A CHEFE DE GABINETE, Andreia Jardim

## SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

DIRECÇÃO REGIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

### Lista

Em cumprimento do determinado na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, adaptada à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/95/M, de 29 de Abril, publica-se a lista de subsídios concedidos pela Direcção Regional de Formação Profissional no primeiro semestre de 2006.

Formação Profissional em Regime de Aprendizagem (Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 205/96, de 25 de Outubro

PINTO & FILHO, Lda.	552,21
Xavier & Xavier Unipessoal, Lda.	715,00
CABELEIREIRO ODETE, LDA.	1.215,00
Odete da Silva Dias Sousa (Salão Milénio)	730,00
Maria Rosa de Freitas Chaves (Pérola do Atlântico)	715,00
Maria Beatriz Coelho Pita Ramos (Salão Micaela)	700,00
Jardim & Ferreira, Lda.	730,00
Rosalina e Eduardo, Lda (Cabeleireiro Rosalina)	730,00
Instituto Beleza Sofi Estética	700,00
Helena Cesária Baptista Freitas (Salão Carla)	730,00
Rita Fátima Rodrigues Gonçalves (Salon Aphrodite)	730,00
Rosalita Conceição Figueira da Silva	730,00
Cabeleireiro e Esteticista Cris, Soc. Unipes., Lda	730,00
Benvinda Freitas R. Coelho, Soc. Unipessoal, Lda	700,00
Aragão & Aragão, Lda (Cabeleireiro Aroma)	715,00
Sequeira & Neca, Lda.	715,00
HNS - Sociedade Indústria Metalomecânica, Lda	715,00
METALOMECÂNICA DA CANCELADA - EUROTÉCNICA, Lda.	715,00
AFONSO, CAMACHO, Lda.	715,00
RECTIFICADORA CARLOS FERNANDES, Lda.	730,00
Pontassolense, Comércio de Serralharia, Lda.	730,00
METALÚRGICA JOÃO DE FREITAS Sucrs, Lda	730,00
<b>Total</b>	<b>€16.172,21</b>

## SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

### Aviso

Informam-se os interessados abaixo designados, que, por despacho de 7 de Setembro de 2006, de Sua Excelência o Secretário Regional do Plano e Finanças, foi autorizado o início do ciclo de avaliação para mudança para o nível 3 do grau 2 da categoria de técnico de administração tributária adjunto dos TATA nível 2.

15932 - Ana Cristina Gouveia Cância  
17871 - Carlos Miguel Laranjeiro Rodrigues  
17095 - Daniel Manuel Bettencourt  
16431 - David Manuel Costeira Galante  
17203 - João Carlos Jardim Sousa  
17190 - Maria Alice Freitas Timoteo  
17486 - Maria Antonieta R.R. Nascimento Saraiva  
17426 - Maria Madalena Serrano Casaes Ribeiro Franco  
17868 - Paulo Nuno Garces Medeiros  
16443 - Ricardo João Sousa Pereira  
17380 - Rui Alberto Rodrigues Melim  
17268 - Rui Pedro Teixeira Brito

Para o efeito e pelo mesmo despacho, sob concordância do Director-Geral dos Impostos foi nomeada a respectiva Comissão de Avaliação, constituída pelos seguintes elementos:

#### Presidente:

- José Soares Roriz, Director de Finanças Adjunto de Braga da DGCI.

#### Vogais efectivos:

- Manuel Carlos Rodrigues, Chefe de Divisão da DGCI;  
- Luís Filipe da Silva Peixoto, Chefe de Divisão da DGCI;  
- Jorge Manuel Fernandes, Técnico de Administração Tributária nível 2 da DGCI;  
- Hipólito da Costa Barros, Assessor Principal da DGCI.

#### Vogais suplentes:

- Manuel Joaquim Rodrigues, Chefe de Divisão da DGCI;  
- Manuel Augusto da Silva Correia, Técnico de Administração Tributária nível 2 da DGCI.

Secretaria Regional do Plano e Finanças, 19 de Setembro de 2006.

A CHEFE DE GABINETE, Silvia Maria Silva Freitas



## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda . . . . .	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas . . . . .	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas . . . . .	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas . . . . .	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas . . . . .	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas . . . . .	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

## ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série . . . . .	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries . . . . .	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries . . . . .	€ 63,78	€ 31,95;
Completa . . . . .	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentam os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

## IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

## DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 3,02 (IVA incluído)